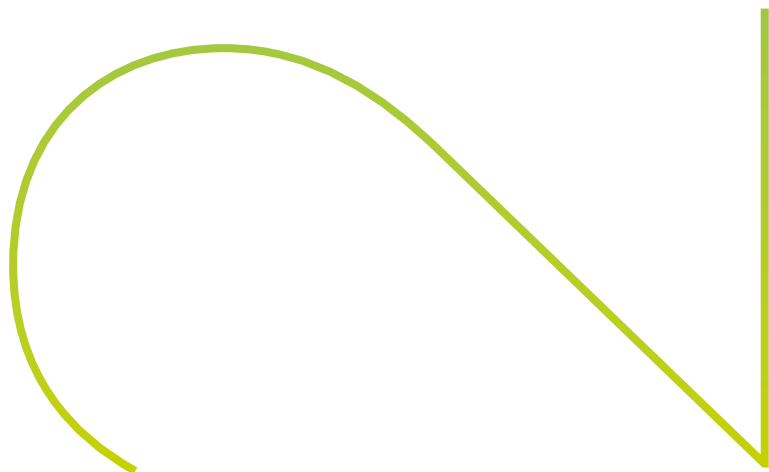
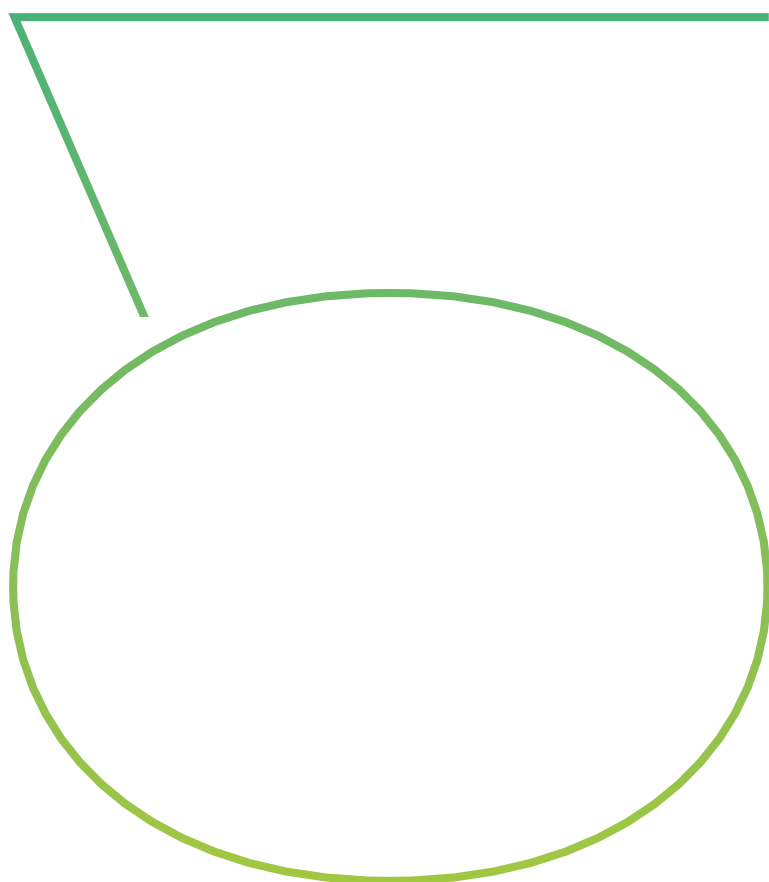
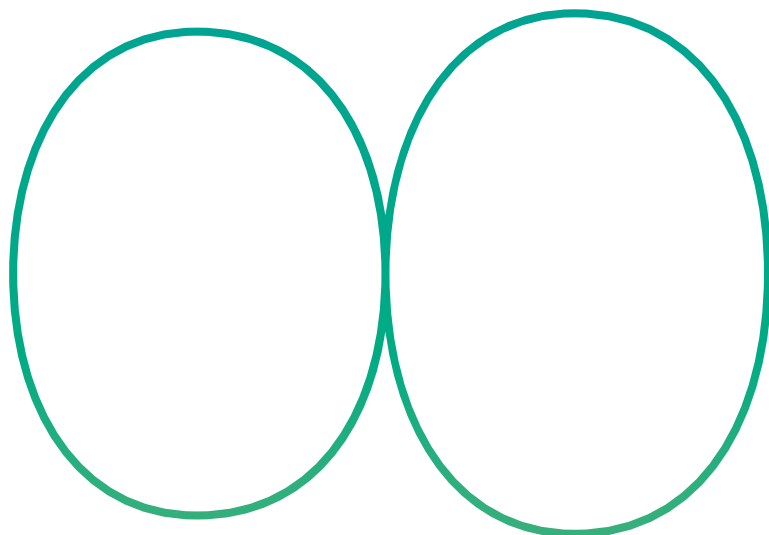


RELATÓRIO DE GESTÃO



RESUMOS

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

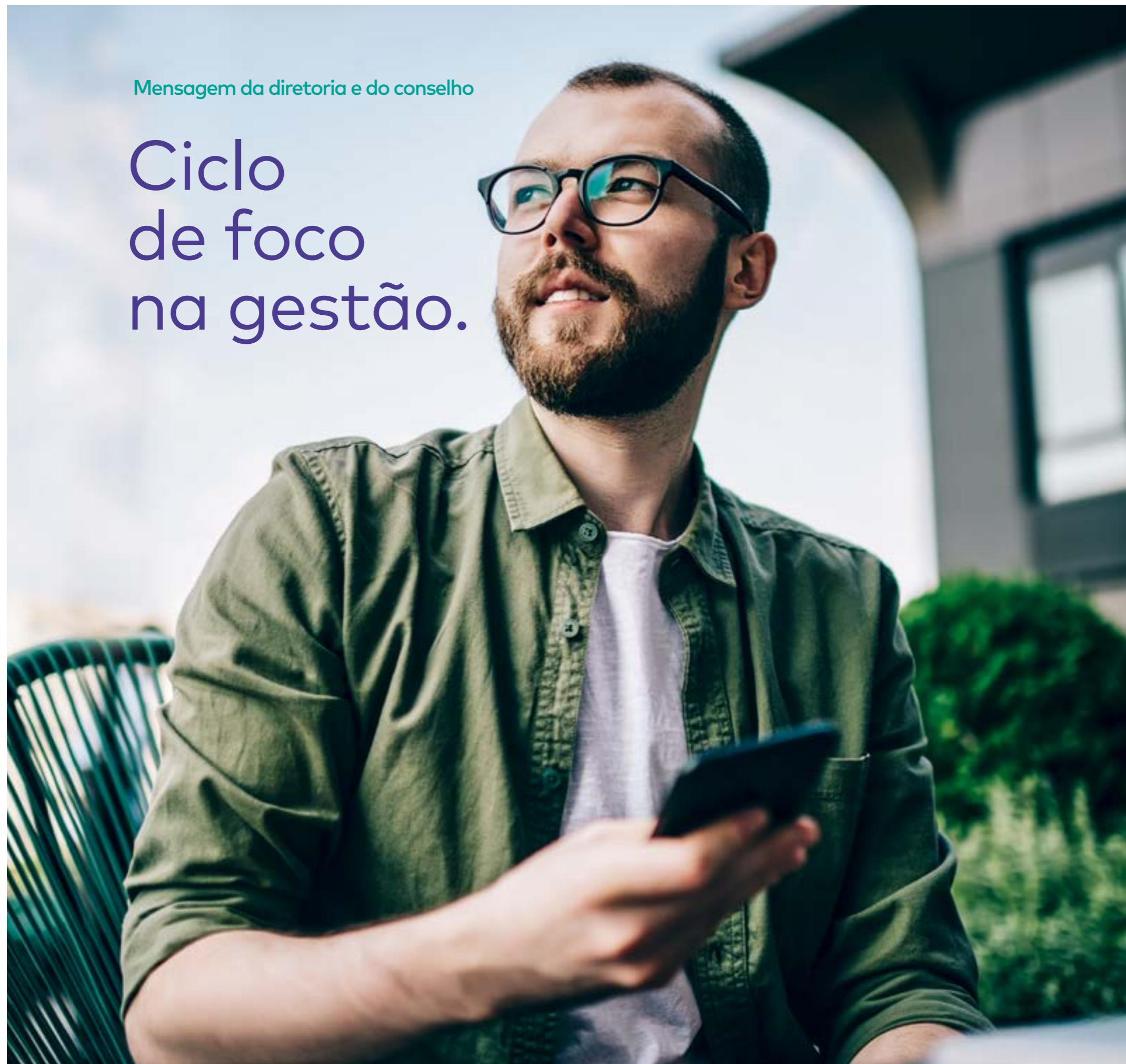
Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 44

Agência 46

Mensagem da diretoria e do conselho

Ciclo de foco na gestão.



O Sicoob UNIBV avançou, em 2018, na consolidação de processo de gestão e negócios, como a consolidação da abertura para livre adesão, a realização de operações com garantias reais e a segregação da carteira de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, com gerentes específicos.

No Brasil, a crise econômica afetou diretamente os negócios privados, mas também fortemente as contas públicas – o que, no caso de Boa Vista, foi um agravante, visto a forte influência na economia dos serviços públicos – via servidores e empresas fornecedoras.

No entanto, a cooperativa ainda conseguiu se sobressair através do segmento da saúde, que representa 75% das receitas de crédito e prestação de serviços, e se manter atuante com recebimentos prioritários por parte do governo estadual. Destaca-se que o maior número de operações com garantias reais traz maior segurança para a cooperativa.

O foco do Sicoob UNIBV, que tem atuação restrita à capital, foi manter uma estruturação da gestão, preparando a cooperativa para mais uma unidade em Boa Vista e também expandir para demais municípios do estado – consolidando a marca em Roraima.

Muito obrigado a todos.

Cenário econômico

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo das grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões do início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas, a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

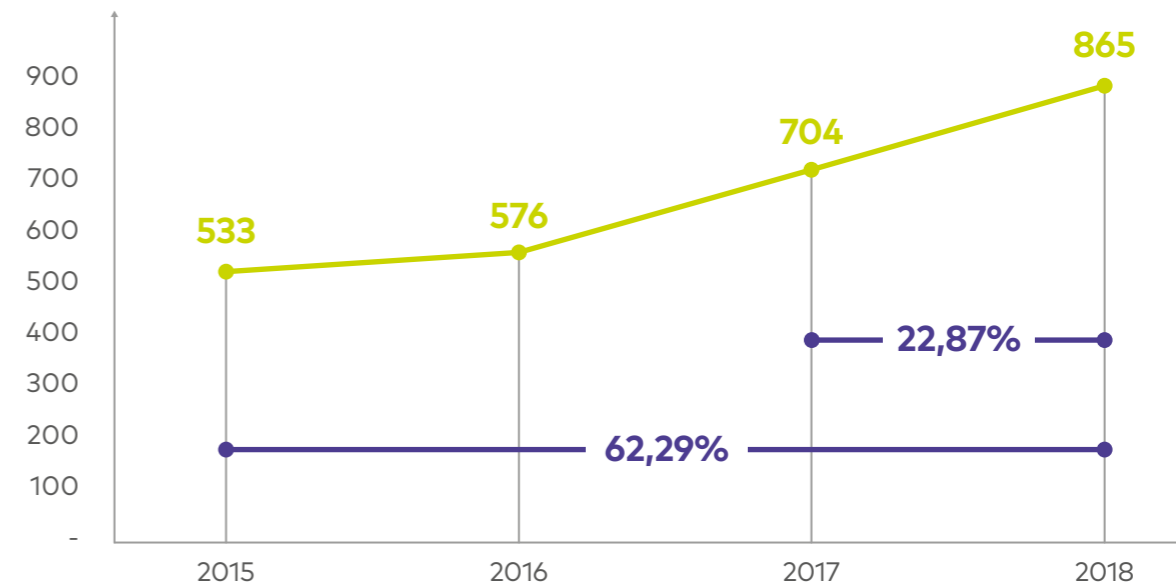
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

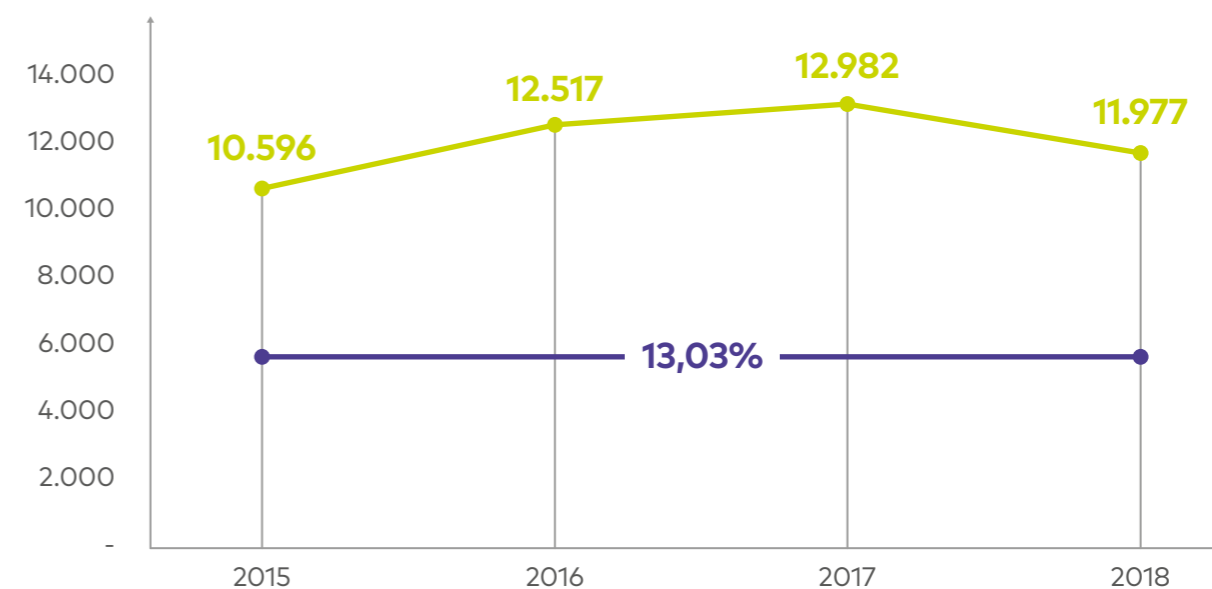


Cooperados



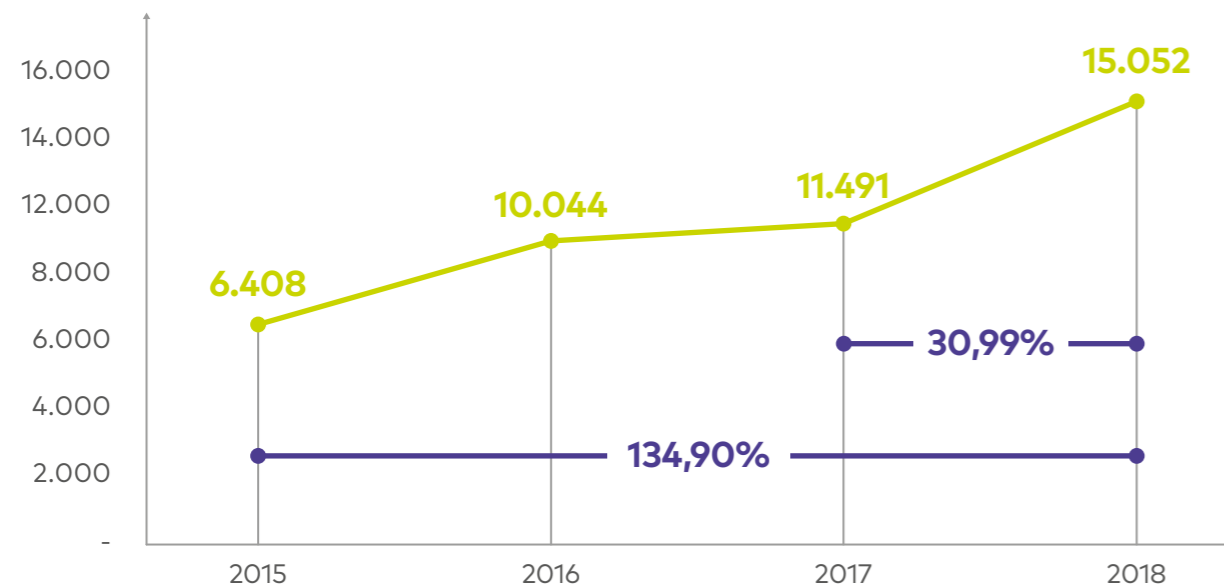
Depósitos Totais

em R\$ mil



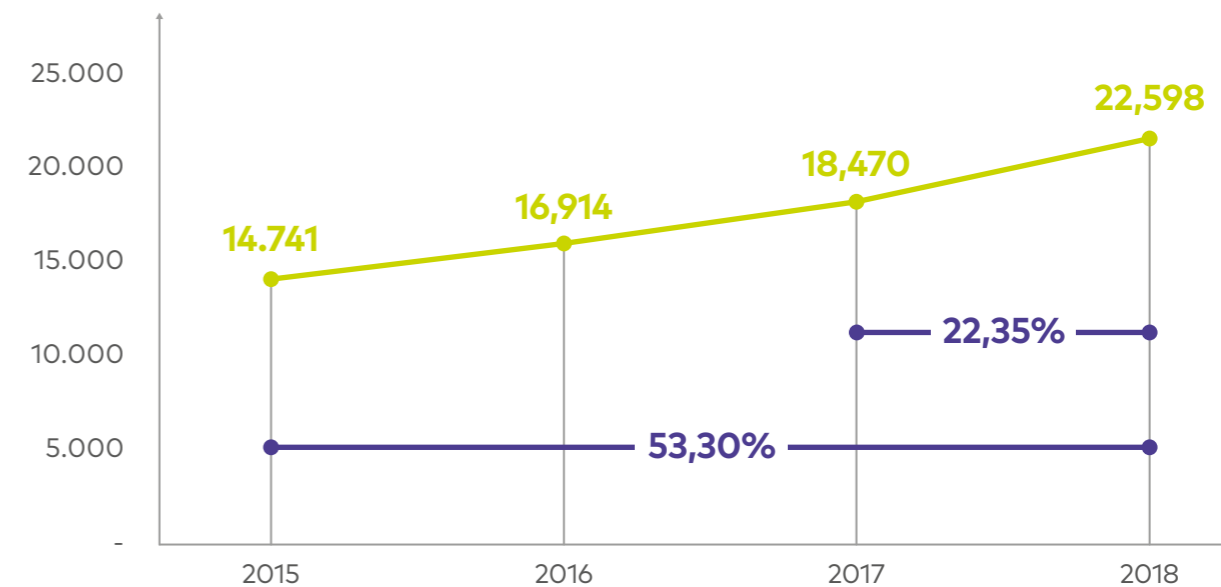
Carteira de Crédito

em R\$ mil



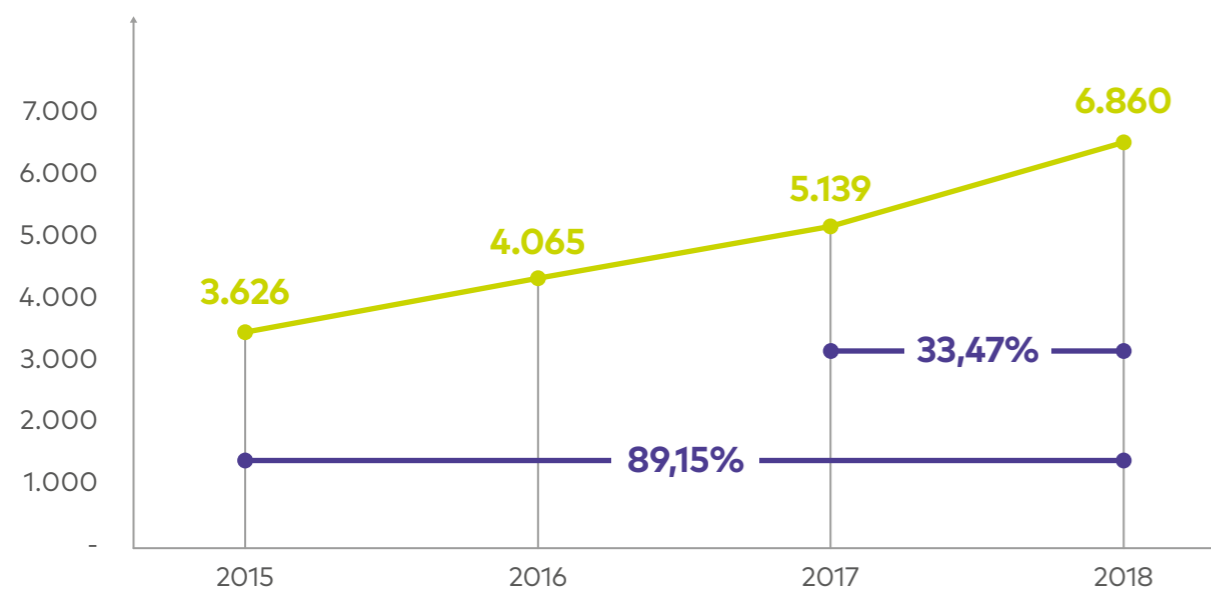
Ativo Total

em R\$ mil



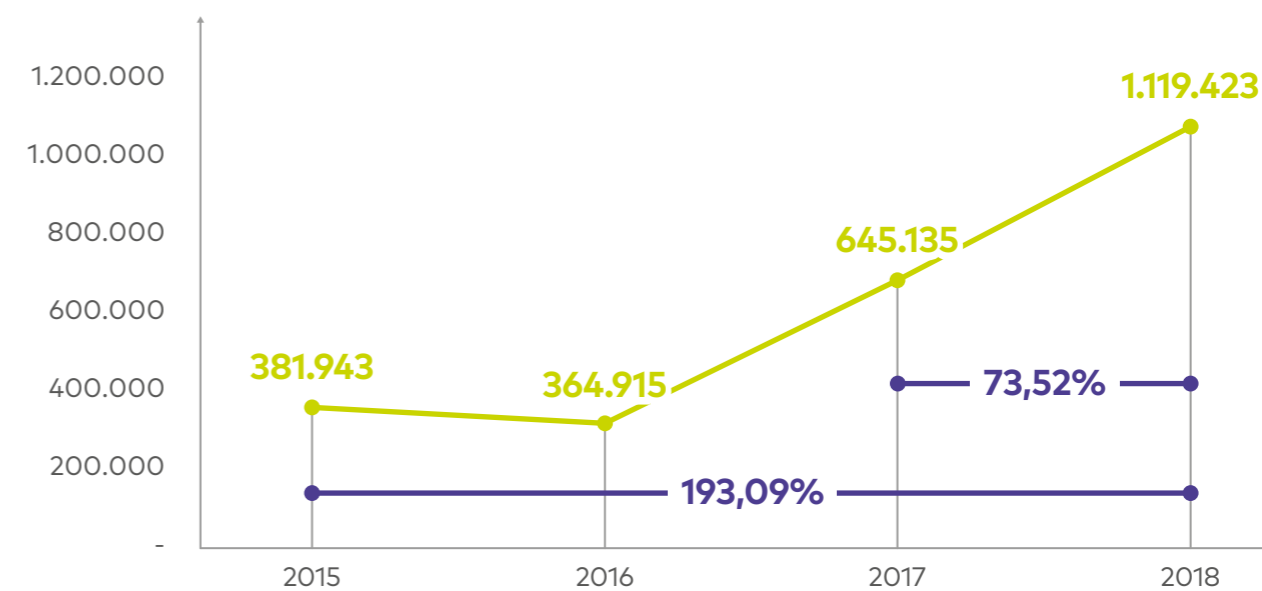
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

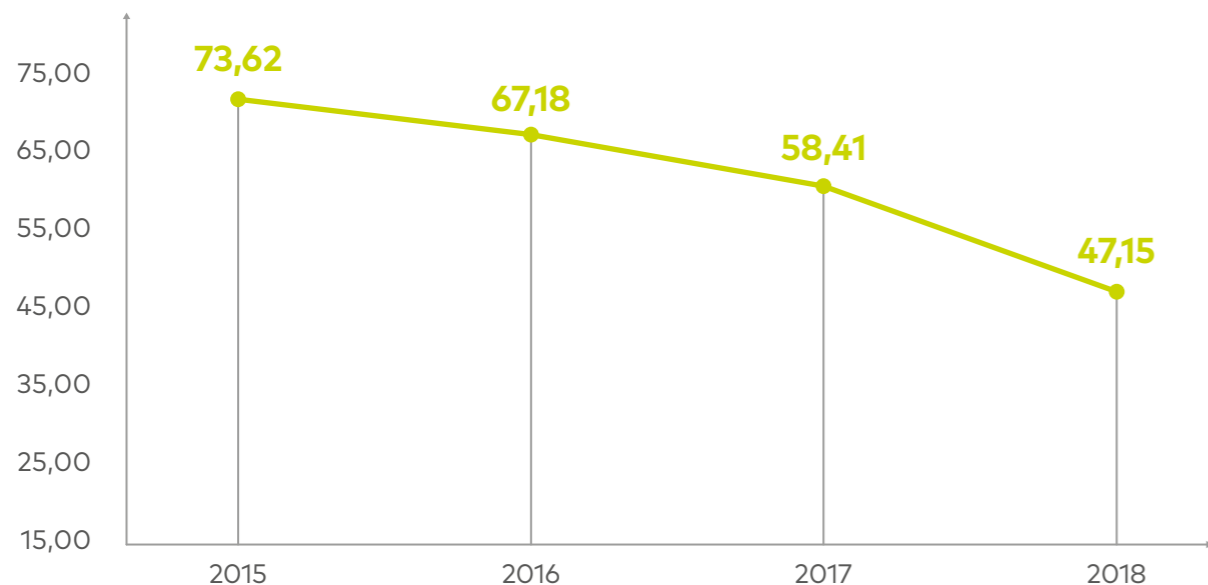


Sobras do Exercício

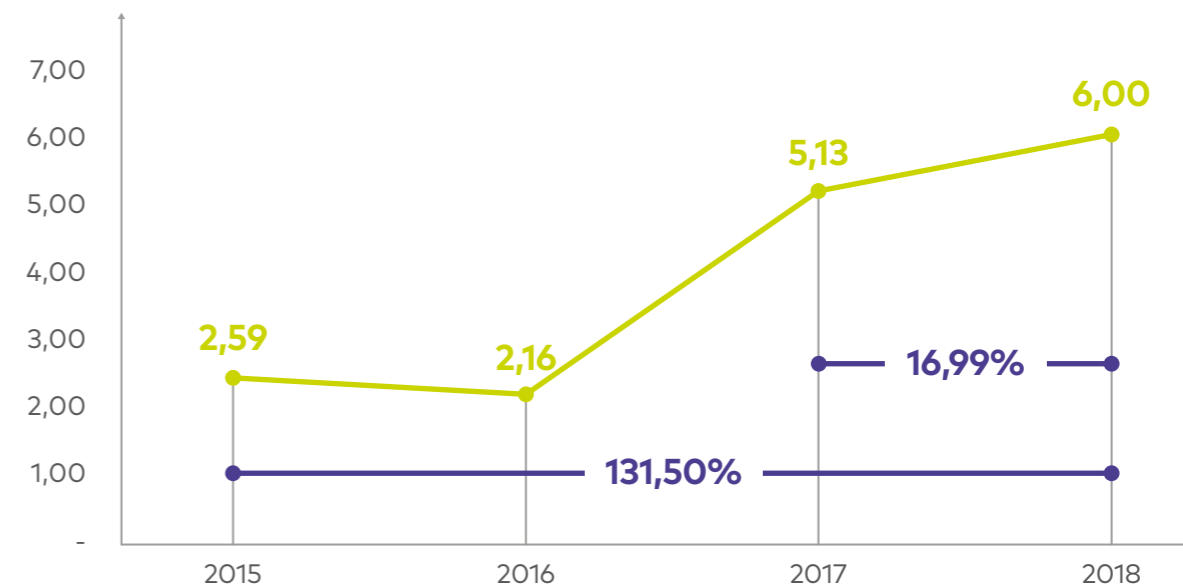
em R\$



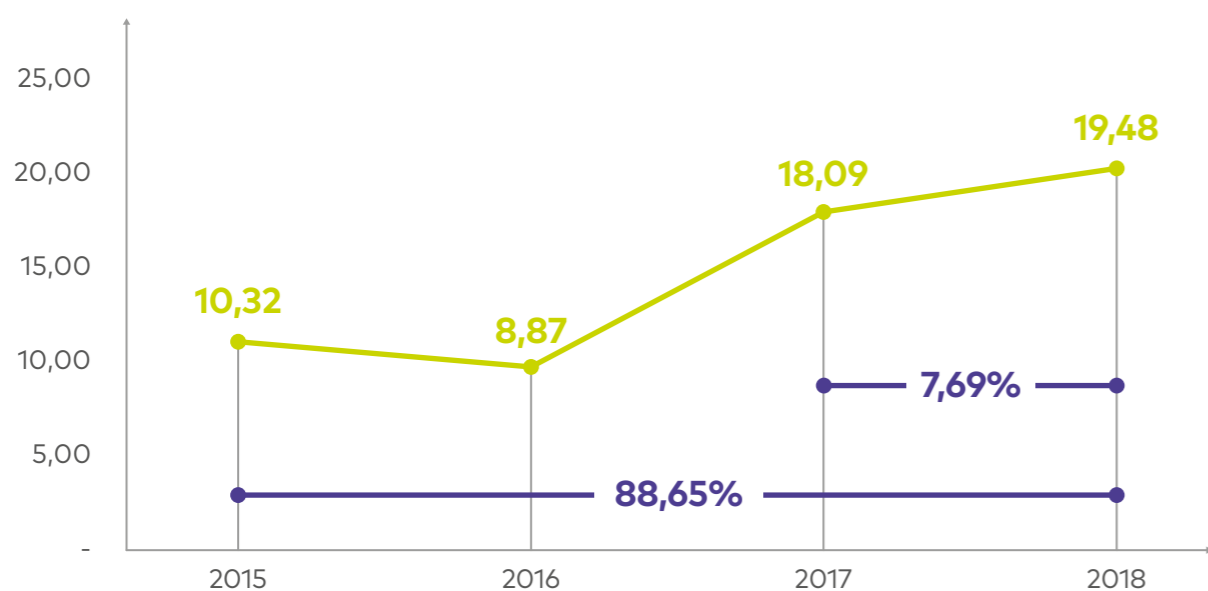
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB UNIBV	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	6,50%	R\$ 1.776.671	R\$ 1.776.671
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,86%	R\$ 433.448	R\$ 2.210.118
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,76%	-R\$ 2.015	R\$ 2.208.104
TARIFAS PF*	R\$ 53,12	R\$ 10,75	R\$ 314.201	R\$ 2.522.305
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 2.522.305
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	N/D	R\$ 0	R\$ 2.522.305
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,96%	9,50%	R\$ 513	R\$ 2.522.818
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,14%	10,00%	R\$ 81	R\$ 2.522.898
CONSÓRCIO² MOTOS	14,62%	N/D	R\$ 0	R\$ 2.522.898
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	14,40%	N/D	R\$ 0	R\$ 2.522.898
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	5,00%	R\$ 3.304.193	R\$ 5.827.091
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	2,96%	-R\$ 10.959	R\$ 5.816.132
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,51%	-R\$ 20.503	R\$ 5.795.629
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,69%	-R\$ 7.624	R\$ 5.788.005
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 5.788.005
TARIFAS PJ*	R\$ 109,25	R\$ 9,47	R\$ 295.740	R\$ 6.083.745
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 1.119.423	R\$ 1.119.423	R\$ 7.203.168
COOPERADOS SICOOB UNIBV				865
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 8.327

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Unibv - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

*Tarifas SFN PF: valor médio *Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

*Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa.

6.1 Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 30/03/2015, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 31/03/2017, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

6.2 Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS).

O CONAD, composto de 5 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente.

A DIREX, composta de 3 membros – Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 2 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
Circulante		15.341.895	12.399.967	Circulante		15.792.073	13.330.567
Disponibilidades	04	259.896	182.838	Depósitos	12	11.977.203	12.982.700
Relações Interfinanceiras	05	5.523.983	5.361.007	Depósitos à Vista		3.948.744	4.190.284
Centralização Financeira		5.523.983	5.361.007	Depósitos a Prazo		8.028.459	8.792.416
Operações de Crédito	06	9.444.844	6.770.784	Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	3.000.000	-
Operações de Crédito - Setor Privado		10.339.281	7.159.937	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		3.000.000	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq.		(894.437)	(389.153)	Outras Obrigações		814.870	347.867
Outros Créditos	07	89.212	76.382	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	14a	2.682	8.217
Avais e Fianças		51.774	66.981	Sociais e Estatutárias	14b	165.761	133.917
Rendas a Receber		26.683	27.359	Fiscais e Previdenciárias	14c	42.242	29.553
Diversos		53.027	11.518	Diversas	14d	604.185	176.180
(-) Provisão para Outros Créditos		(42.272)	(29.476)				
Outros Valores e Bens	08	23.960	8.956				
Despesas Antecipadas		23.960	8.956				
Não Circulante		7.256.596	6.070.559	Patrimônio Líquido		6.806.418	5.139.959
Realizável a Longo Prazo		5.607.759	4.721.058	Capital Social	17a	4.150.849	3.451.452
Operações de Crédito	06	5.990.198	4.981.019	Reservas de Sobras	17b	2.010.861	1.322.201
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq.	06	(382.439)	(259.961)	Sobras do Semestre	17c	644.708	366.306
Investimentos	09	806.703	708.166				
Ações e Cotas		806.703	708.166				
Imobilizado de uso	10	831.352	626.562				
Outras Imobilizações de Uso		544.713	314.874				
Imóveis de Uso		459.990	459.990				
(-) Depreciações Acumuladas		(173.351)	(148.302)				
Intangível	11	10.782	14.773				
Softwares		23.850	23.850				
(-) Amortizações Acumuladas		(13.068)	(9.077)				
TOTAL DO ATIVO		22.598.491	18.470.526	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.598.491	18.470.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.979.002	5.287.477	3.845.403
Operações de Crédito	20a	2.979.002	5.287.477	3.845.403
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.261.022)	(1.860.799)	(1.524.826)
Operações de Captação no Mercado	12b	(223.638)	(482.357)	(910.284)
Operações de Empréstimos e Repasses		(84.752)	(128.579)	(56.879)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(952.631)	(1.249.864)	(557.663)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.717.980	3.426.677	2.320.577
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.175.528)	(2.036.193)	(1.355.308)
Receitas de Prestação de Serviços		166.032	296.985	204.758
Receitas de Tarifas Bancárias		129.816	213.589	137.647
Despesas de Pessoal	20b	(585.838)	(1.164.095)	(1.033.646)
Outras Despesas Administrativas	20c	(739.710)	(1.402.527)	(1.163.442)
Despesas Tributárias		(17.262)	(26.823)	(20.100)
Outras Receitas Operacionais	20d	240.791	443.986	640.207
Outras Despesas Operacionais	20e	(369.356)	(397.308)	(120.730)
RESULTADO OPERACIONAL		542.453	1.390.485	965.269
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20f	4.816	4.816	(298)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		547.268	1.395.301	964.971
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.909)	(39.984)	(18.063)
Provisão para Imposto de Renda		(7.457)	(18.742)	(8.467)
Provisão para Contribuição Social		(8.452)	(21.242)	(9.596)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		531.360	1.355.316	946.908
Juros Sobre o Capital Próprio		(235.893)	(235.893)	(301.773)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		295.466	1.119.423	645.135
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS			(474.715)	(278.829)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)			(98.635)	(95.675)
Fundo de Reserva			(322.354)	(183.154)
Fundo Institucional de Relacionamento - 5%			(53.726)	-
SOBRAS DO SEMESTRE		295.466	644.708	366.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reserva de Sobras	Sobras / Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.998.492	(71.926)	859.359	279.688	4.065.613
Integralizações / Subscrições de Capital	412.537	(45.310)	-	-	367.227
Destinação das Sobras para o Fundo de Reserva	-	-	279.688	(279.688)	-
Devolução de Capital	(137.234)	-	-	-	(137.234)
Incorporação de Juros ao Capital	294.893	-	-	-	294.893
Sobras	-	-	-	645.135	645.135
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	183.153	(183.154)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(95.675)	(95.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.568.688	(117.236)	1.322.201	366.306	5.139.959
Integralizações / Subscrições de Capital	545.474	(19.148)	-	-	526.326
Destinação das Sobras para o Fundo de Reserva	-	-	366.306	(366.306)	(0)
Devolução de Capital	(61.151)	-	-	-	(61.151)
Incorporação de Juros ao Capital	234.222	-	-	-	234.222
Sobras	-	-	-	1.119.423	1.119.423
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	322.354	(322.354)	-
Fundo Institucional de Relacionamento - 5%	-	-	-	(53.726)	(53.726)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)	-	-	-	(98.635)	(98.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.287.233	(136.384)	2.010.861	644.708	6.806.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	21.946	197.553
Sobras ajustadas	2.398.899	1.232.405
Sobras do Semestre	1.119.423	645.135
Depreciações	25.621	25.615
Amortizações	3.991	3.992
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	1.249.864	557.663
(Aumento) redução nos Ativos	(4.838.459)	(1.516.103)
Títulos e Valores Mobiliários	-	261.488
Operações de Crédito	(4.810.625)	(2.005.453)
Outros Créditos	(12.830)	223.636
Outros Valores e Bens	(15.004)	4.226
Aumento (redução) nos Passivos	2.461.506	481.251
Depósitos	(1.005.497)	465.238
Outras Obrigações	467.003	61.117
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.000.000	(45.104)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(328.948)	(301.522)
Aumento dos Investimentos	(98.537)	(119.189)
Aquisições do Imobilizado	(230.411)	(182.333)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	547.036	429.211
Integralizações de Capital	526.326	367.227
Devolução de Capital	(61.151)	(137.234)
Constituição do FIRE	(53.726)	-
Constituição / (Utilização) do FATES	(98.635)	(95.675)
Incorporação de Juros ao Capital	234.222	294.893
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	240.034	325.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	5.543.845	5.218.603
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 3c)	5.783.879	5.543.845
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	240.034	325.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA - SICOOB UNIBV é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/09/1996, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI - e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNIBV não possui postos de Atendimento (PAs). A sede do SICOOB UNIBV está localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 2001, Centro, Boa Vista - RR.

O SICOOB UNIBV tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, dentre outras, as seguintes operações: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive, depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 01/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos, entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para

créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestações de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	259.832	182.814
Depósitos Bancários	64	24
Relações Interfinanceiras	5.523.983	5.361.007
TOTAL	5.783.879	5.543.845

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto, quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas, inicialmente, no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 194 Decreto 9.580/2018). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 193 Decreto 9.580/2018).

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e, a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2018**, as disponibilidades estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	259.832	182.814
Depósitos Bancários	64	24
TOTAL	259.896	182.838

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	5.523.983	5.361.007
TOTAL	5.523.983	5.361.007

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	17.922	-	17.922	18.869
Empréstimos	8.231.361	3.868.685	12.100.046	8.580.443
Títulos Descontados	163.171	-	163.171	42.661
Financiamentos	1.926.827	2.121.513	4.048.340	3.498.983
(-) Provisões para Operações de Crédito	(894.437)	(382.439)	(1.276.876)	(649.114)
TOTAL	9.444.844	5.607.759	15.052.603	11.491.842

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
A 0,50% Normal	3.118.686	317.413	912.686	4.348.784	(21.744)	4.683.776	(23.419)
B 1% Normal	3.408.746	813.434	1.137.921	5.360.101	(53.601)	4.916.794	(49.168)
B 1% Vencidas	37.047	1.047	336.152	374.246	(3.742)	163.585	(1.636)
C 3% Normal	909.582	314.019	454.124	1.677.725	(50.332)	1.051.189	(31.536)
C 3% Vencidas	547.467	121.353	284.961	953.781	(28.613)	358.928	(10.768)
D 10% Normal	524.691	294.658	552.321	1.371.670	(137.167)	21.150	(2.115)
D 10% Vencidas	353.158	8.964	87.442	449.564	(44.956)	118.832	(11.883)
E 30% Normal	335.018	132.309	97.292	564.618	(169.386)	46.537	(13.961)
E 30% Vencidas	189.457	55.801	59.505	304.762	(91.429)	142.111	(42.633)
F 50% Normal	121.795	48.374	93.974	264.143	(132.072)	90.985	(45.492)
F 50% Vencidas	48.531	44.416	-	92.947	(46.473)	55.109	(27.555)
G 70% Normal	160.514	40.088	31.962	232.564	(162.795)	-	-
G 70% Vencidas	-	28	-	28	(19)	343.375	(240.362)
H 100% Normal	67.849	203	-	68.052	(68.052)	3.000	(3.000)
H 100% Vencidas	260.691	5.804	-	266.494	(266.494)	145.586	(145.586)
Total Normal	8.646.879	1.960.499	3.280.280	13.887.658	(795.148)	10.813.431	(168.691)
Total Vencidos	1.436.350	237.412	768.060	2.441.821	(481.728)	1.327.525	(480.423)
Total Geral	10.083.229	2.197.911	4.048.340	16.329.479	(1.276.876)	12.140.955	(649.114)
Provisões	(864.952)	(190.072)	(221.853)	(1.276.876)		(649.114)	
Total Líquido	9.218.277	2.007.839	3.826.487	15.052.603		11.491.842	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo, o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.928.942	4.122.420	3.868.685	9.920.057
Financiamentos	570.585	1.356.242	2.121.513	4.048.340
TOTAL	2.499.527	5.478.662	5.990.198	13.968.396

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	84.526	601.989	-	686.515	4%
Setor Privado - Serviços	1.209.301	7.070.305	-	8.279.606	51%
Pessoa Física	904.084	6.296.103	163.171	7.363.358	45%
TOTAL	2.197.911	13.968.397	163.171	16.329.479	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	649.114	410.962
Constituições/Reversões	1.236.658	541.572
Transferência para Prejuízo	(608.896)	(303.420)
TOTAL	1.276.876	649.114

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	690.681	4,24%	504.762	4,13%
10 Maiores Devedores	5.099.859	31,34%	3.649.145	29,89%
50 Maiores Devedores	11.096.613	68,20%	8.254.454	67,62%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.262.126	994.183
Valor das Operações Transferidas no Período	608.896	303.420
Valor das Operações Recuperadas no Período	(95.447)	(35.477)
TOTAL	1.775.574	1.262.126

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honradas	51.774	66.981
Rendas a Receber	26.683	27.358
Diversos (I)	53.027	11.518
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.141	798
Imposto de Renda a Recuperar	46	-
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	-	607
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	2.450
Títulos e Créditos a Receber	17.631	2.189
Devedores Diversos - País	31.209	5.475
(-) Provisão para Outros Créditos	(42.272)	(29.476)
TOTAL	89.212	76.382

(I) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas (I)	23.960	8.956
TOTAL	23.960	8.956

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e vale-alimentação.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em Cooperativa Central de Crédito	740.131	651.319
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	66.572	56.847
TOTAL	806.703	708.166

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	276.745	86.995	
Terrenos	384.990	384.990	
Edificações	75.000	75.000	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(5.750)	(2.750)	
Instalações	15.909	15.909	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(8.674)	(7.509)	
Móveis e equipamentos de Uso	57.027	46.829	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(29.941)	(26.633)	
Sistema de Comunicação	21.588	19.263	20%
Sistema de Processamento de Dados	103.768	81.080	10%
Sistema de Segurança	38.752	33.875	10%
Sistema de Transporte	30.924	30.924	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(128.986)	(111.410)	
TOTAL	831.352	626.562	

11. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	23.850	23.850
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(13.068)	(9.077)
TOTAL	10.782	14.773

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	3.948.744	4.190.284
Depósito a Prazo	8.028.459	8.792.416
TOTAL	11.977.203	12.982.700

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.216.282	10,55%	715.724	5,72%
10 Maiores Depositantes	4.703.849	40,80%	4.864.466	38,87%
50 Maiores Depositantes	9.394.048	81,48%	9.955.946	79,56%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(465.040)	(891.637)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(17.317)	(18.647)
TOTAL	(482.357)	(910.284)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	3.000.000	-
TOTAL	3.000.000	-

14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher	2.619	8.139
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	63	79
TOTAL	2.682	8.218

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (I)	53.767	61.051
Fundo Institucional de Relacionamento – FIRE (II)	53.726	0
Resultado de Atos com não Associados	53.470	34.625
Cotas de Capital a Pagar (III)	4.798	38.241
TOTAL	165.761	133.917

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme

determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) O Fundo Institucional de Relacionamento – FIRE, criado com base no artigo 31 do Estatuto Social e em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de abril de 2018, é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e por eventuais doações e/ou patrocínios recebidos, e seus recursos serão destinados à prestação de assistência aos associados e colaboradores da Cooperativa.

(III) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	42.242	29.553
TOTAL	42.242	29.553

d) Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	1.981	16.856
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	41.797	32.670
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	139.108	76.753
Provisão para Garantias Prestadas (IV)	317.494	42.384
Credores Diversos – País	103.805	7.517
TOTAL	604.185	176.180

(I) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

(II) Refere-se ao saldo de conta salário, dependente de prestação de serviço de pagamento.

(III) Refere-se à provisão de férias e respectivos encargos sociais, assim como, a outros valores a pagar relativos às despesas administrativas da cooperativa.

(IV) Refere-se à provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

15. Provisão para demandas judiciais

Conforme posicionamento dos assessores jurídicos, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, que estejam classificados com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2018.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIBV** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2018** e de **2017**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

1. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2017
Capital Social	4.150.849	3.451.452
Quantidade de Associados	865	704

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **30%** (30% em 2017), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **06/04/2018**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras para a reserva legal do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de **R\$ 366.306**.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	1.119.423	645.135
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	44.910	34.625
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.074.513	610.510
Destinações estatutárias	429.805	244.204
Reserva legal - 30% (30% em 2017)	322.354	183.153
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5% (10% em 2017)	53.726	61.051
Fundo Institucional de Relacionamento - 5%	53.726	0
Sobra à disposição da Assembleia Geral	644.708	366.306

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de Prestação de Serviços	175.732	141.006
Despesas Específicas de Atos não Cooperativos	-	(9.616)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos não Cooperativos	-	(78.404)
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	(90.838)	(298)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	39.984	52.688
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(18.743)	(8.467)
(-) Despesa de Contribuição Social Sobre o Lucro	(21.242)	(9.596)
Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido)	44.910	34.625

19. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	24.209	12.267
Rendas de Empréstimos	4.224.205	3.124.263
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	32.547	4.021
Rendas de Financiamentos	911.069	667.375
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	95.447	37.477
TOTAL	5.287.477	3.845.403

b) Dispêndios com Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	43.523	36.740
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	208.951	195.133
Despesas de Pessoal - Benefícios	98.212	87.494
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	234.282	205.766
Despesas de Pessoal - Proventos	541.331	483.472
Despesas de Pessoal - Treinamento	37.796	24.326
Despesas de Remuneração de Estagiários	-	715
TOTAL	1.164.095	1.033.646

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água Energia e Gás	19.784	20.774
Despesas de Aluguéis	3.130	1.350
Despesas de Comunicações	81.548	71.064
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	41.373	8.995
Despesas de Material	20.873	15.132
Despesas de Processamento de Dados	22.820	75.384
Despesas de Promoções e Relações Públicas	29.191	3.259
Despesas de Propaganda e Publicidade	16.273	29.065
Despesas de Publicações	262	-
Despesas de Seguros	8.790	8.908
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	267.962	166.970
Despesas de Serviços de Terceiros	43.059	46.858
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	58.824	51.690
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	79.622	65.876
Despesas de Transporte	102.981	89.186
Despesas de Viagem No País	98.500	84.192
Outras Despesas Administrativas	477.923	395.131
Despesas de Amortização	3.991	3.991
Despesas de Depreciação	25.621	25.615
TOTAL	1.402.527	1.163.442

d) Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	14.261	32.307
Reversão de Provisões Operacionais	290.274	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.064	500.301
Rendas Juros Cartão de Crédito	19.613	27.676
Crédito Receita Sipag - Faturamento	70.567	4.710
Crédito Receita Sipag - Antecipação	43.207	9.416
Outras Rendas Operacionais	-	65.797
TOTAL	443.986	640.207

e) Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	30.588	8.685
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	17.778	32.196
Perdas - Fraudes Externas	38.072	-
Perdas - Práticas Inadequadas	830	19.627
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	29
Multa e Juros Diversos	1	638
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	151	46
Tarifa Recebimento Convênio - Cra's Cartórios	23	
Cancelamento - Tarifas Pendentes	6.644	2.952
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	17.742	22.232
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	241	535
Contrib. ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	2.311	
Bonificação de Seguro Prestamista	90	87
Estorno Juros Mora - Oper Crédito - Rpl	771	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	87	192
Outras Despesas Operacionais	6.009	
Despesas de Provisões Passivas	275.970	33.513
TOTAL	397.308	120.730

f) Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	5.035	1.287
Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	-	(159)
Perdas de Capital	(219)	(1.426)
Resultado Líquido	4.816	(298)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam, basicamente, por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita às limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como, movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	193.388	0,44%	209
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	1.506.276	3,42%	2.746
TOTAL	1.699.664	3,86%	2.954
Montante das Operações Passivas	925.139	9,3%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	66.181	13.209	7%
Conta Garantida	15.302	83	1%
Empréstimo	197.781	6.740	2%
Financiamento	91.259	9.733	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	86.446	2,44%	0%
Depósitos a Prazo	512.441	6,38%	0,47%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,58%	de 1,79% até 6,5%
Financiamento	1,85%	de 1,29% até 1,99%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,43% CDI	95% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas, em razão das operações de crédito, são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	1.289.013,76

No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(126.003)
Encargos Sociais	(25.201)

22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA. - SICOOB UNIBV, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo, a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas

(cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como, facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus propósitos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIBV responde, solidariamente, pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira	5.523.983	5.361.007
Investimentos	740.131	651.319
Empréstimo	3.000.000	-

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital, no âmbito das cooperativas do Sicoob, é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital, são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e, inclui, o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas, são realizados os seguintes procedimentos:

- Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- Análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- Realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- Diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentados, abaixo, os cálculos dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	6.713.768	5.128.140
Capital Principal - CP	2.319.094	1.008.891
Nível I	2.319.094	1.225.082
Índice de Basileia %	34,74%	35,58%
Razão de Alavancagem (RA) %	24,67%	23,57%
Índice de imobilização %	12,38%	12,28%
Ativos Ponderados pelos Riscos	2.319.094	1.513.337

BOA VISTA-RR, 31 de dezembro de 2018.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista
Sicoob UNIBV - Boa Vista/RR

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista – Sicoob UNIBV, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UNIBV em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2019.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal.



Examinamos o balanço patrimonial da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA, levantado em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da Administração, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2018, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

1. Balanço Patrimonial: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) nos relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício pela Central; e e)

o parecer de Auditoria Independente formulado pela CNAC- (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) Auditores Independentes, datado de 26 de fevereiro de 2019.

2. Das Atividades durante o Exercício: a) Atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de rito ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

Boa Vista – Roraima, 27 de fevereiro de 2019.

Silvio Fernandes dos Reis
Conselheiro efetivo

Marcelo Botelho de Oliveira
Conselheiro efetivo

Álvaro Túlio Fortes
Conselheiro efetivo



Nossa Agência

Sede

Av. Nossa Senhora da Consolata
Nº2001, Centro, Boa Vista - RR
Cep: 69301-011 - Tel: (95) 3623-0711



